

## AMBIENTE DE INCERTEZA SOBRE OS NEGÓCIOS DO SETOR FLORESTAL

As atividades florestais, independente da espécie plantada, estão sujeitas a vários tipos de riscos que geram incertezas para os diversos atores do setor, como riscos técnicos e econômicos. A primeira questão relevante esta relacionada à característica de longo prazo da grande maioria das atividades florestais. Uma vez que o produto final do processo de produção demora para ser finalizado ou concluído, vários fatores climáticos e ambientais (pragas, doenças, secas, incêndios, geadas etc.), econômicos (variações de preços, crises afetando o mercado, barreiras comerciais etc.), políticos (legislação, políticas governamentais, burocracia etc.) e sociais (grupos organizados, sindicatos, organizações não governamentais etc.) podem intervir e comprometer a viabilidade do empreendimento.

Nos últimos meses, o setor florestal vem enfrentando várias das incertezas inerentes a atividade, principalmente nos aspectos relacionados à aprovação de leis florestais e ambientais, comportamento dos preços de produtos e insumos de produção, políticas de financiamento e comerciais, taxas de juros, impostos, taxa de câmbio, demanda interna e externa,

entre outras, o que tem dificultado a tomada de decisão de investimentos no setor. Nesta conjuntura, são abordadas algumas das incertezas que os principais segmentos do setor estão vivenciando.

### Celulose e Papel

De acordo com alguns analistas, a crise financeira internacional foi o acontecimento que mais provocou incertezas no segmento de celulose e papel nos últimos anos. Com isso, investimentos planejados foram adiados ou engavetados. Em várias empresas houve férias coletivas e demissões a fim de ajustar a produção à demanda. Apesar dos aumentos ocorridos no preço da celulose nos últimos meses, em São Paulo, ele ainda está 26,7% menor que em setembro de 2008, quando atingiu US\$ 850,42, totalizando US\$ 623,5 a tonelada, em outubro de 2009. Esse quadro demonstra uma tímida recuperação do segmento de celulose, mas ainda há incertezas em relação a este cenário positivo para o segundo semestre, se vai se manter ou atingir os níveis de 2008, nos próximos meses. No caso do papel A4, os preços apresentaram-se estáveis de

agosto a outubro de 2009, mas em média, 5% menores quando comparados ao mesmo período de 2008 (Quadro 1). Porém, as vendas no mercado interno estão aumentando - dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA) revelaram que em setembro de 2009, estas aumentaram 2,7% em relação a agosto. Assim, pode-se afirmar que há expectativa de aumento dos preços nos próximos meses. Contudo, não se sabe quando estas vendas atingirão os níveis verificados no segundo semestre de 2008. Por sua vez, o preço do papel offset em bobina aumentou 0,5% entre agosto e outubro de 2009. Esse aumento, no entanto, foi bem menor do que o observado entre agosto e outubro de 2009, o qual atingiu 1,8%. Outra incerteza no segmento diz respeito à aprovação de leis climáticas. A expectativa é de que as florestas plantadas sejam reconhecidas como mitigadoras do aquecimento global, na 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), no fim desse ano, em Copenhague. Se reconhecidas, o País poderá receber grandes investimentos nos próximos anos, segundo Elizabeth de Carvalhaes, presidente da BRACELPA.

Quadro 1 – Comparação entre os preços da celulose e do papel, em São Paulo.

Mês	Preço da Celulose – SP (US\$/ton.)	
	2008	2009
Agosto	846,25	556,25
Setembro	850,42	587,50
Outubro	829,43	623,50
Mês	Preço do Papel Offset em bobina - SP (R\$/ton.)	
	2008	2009
Agosto	3.495,58	3.495,58
Setembro	3.495,58	3.629,54
Outubro	3.495,73	3.533,51
Mês	Preço do Papel A4 - SP (R\$/ton.)	
	2008	2009
Agosto	3.670,60	3.504,70
Setembro	3.670,60	3.504,70
Outubro	3.670,60	3.504,70

Fonte: Informativo CEPEA – Setor Florestal (2009).

## Produtos Florestais Não-Madeireiros

### ***Incerteza com relação ao preço futuro***

No segmento de produtos florestais não madeireiros, os preços da borracha natural (em São Paulo) e do palmito (no Espírito Santo), apresentaram aumento de 15,0% e 13,8% de agosto a outubro de 2009, respectivamente. Mas, apesar desse aumento, os preços ainda encontram-se menores que os observados no mesmo período de 2008 (Quadro 2), gerando incertezas sobre o futuro e sobre a

tomada de decisão de investimentos na atividade.

Quadro 2 – Comparação entre os preços de produtos florestais não madeireiros, em São Paulo.

Mês	Preço do Látex (R\$/kg)		Preço do Palmito (R\$/kg)	
	2008	2009	2008	2009
Agosto	2,11	1,33	0,72	0,58
Setembro	2,10	1,36	0,80	0,67
Outubro	2,13	1,53	0,83	0,66

Fonte: APABOR (2009), CEASA/PA (2009).

Na visão de Heiko Rossmann, diretor da APABOR (Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha), além das questões relativas ao comportamento dos preços, há outras incertezas cercando este segmento:

**Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

Em agosto, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural (CSBN) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) entregou uma carta à Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA) solicitando a realização dos leilões ainda em 2009, como já foi relatado na edição de agosto da Análise Conjuntural do Centro de Inteligência em Florestas. A SPA, diante da recuperação dos preços da borracha natural no mercado internacional, realizou uma

consulta sobre a necessidade de lançamento de um leilão nas próximas semanas. A sinalização de aumento dos preços para o próximo bimestre não justificaria a sua realização, de acordo com um técnico do ministério. Assim, é provável que não seja aplicada a PGPM. Ao menos o segmento produtor conta agora com uma ferramenta de apoio caso ocorra uma nova redução do preço do coágulo, abaixo do preço mínimo em vigor, de R\$ 1,53/kg, e sem sinalização de recuperação rápida.

**Custo de produção**

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) iniciou o estudo do custo de produção de coágulo e de látex para as principais regiões produtoras. O levantamento das informações iniciais já foi realizado nos estados da Bahia e do Espírito Santo, mas apenas para o coágulo nesta primeira etapa. Em dezembro, deve ser realizado em São Paulo e no Mato Grosso. No próximo ano deverá ser realizado o levantamento para outros estados produtores de coágulo, bem como para látex *in natura*. Porém, o estudo de custo de produção para os estados da região Norte do país já vinha sendo realizado.

### **Reforma do Código Florestal**

A Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR) tem acompanhado as discussões sobre a reforma do Código Florestal (ou criação de um Código Ambiental), pois a seringueira (*Hevea brasiliensis*) possui, na sua visão, uma série de vantagens competitivas em relação a outras essências florestais, como o eucalipto por exemplo. A expectativa é que seja criada uma regulamentação que permita a recomposição da Reserva Legal (RL) e/ou Áreas de Proteção Permanentes (APPs) com espécies comerciais, seguindo o modelo adotado nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Outro ponto de interesse na discussão é a unificação da RL e das APPs. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) já sinalizou que aceitaria a unificação em propriedades de até 150 hectares. O importante é haver um consenso entre o MAPA e o MMA, de forma que o agronegócio possa se desenvolver de forma mais sustentável.

### **Agenda Estratégica**

A CSBN/MAPA prevê a construção da Agenda Estratégica do Agronegócio Borracha Natural ainda em 2009. A APABOR está realizando uma consulta a heveicultores, usinas de beneficiamento associadas e também a entidades de outros estados produtores para entender melhor quais são os gargalos no segmento

produtor que impedem o seu bom desenvolvimento. Um dos problemas apontados é a falta de uma linha de financiamento adequada à atividade. Além dos limites serem baixos para a heveicultura, o período de carência poderia ser estendido para 14 anos, conforme reivindicação do setor florestal no Plano Safra. A visão de futuro do segmento produtor deve ser alcançar a auto-suficiência de borracha natural para, em seguida, o Brasil tornar-se um exportador da *commodity*, abastecendo a América Latina e os Estados Unidos.

### **Carvão Vegetal**

Atualmente, os primeiros sinais de recuperação do setor de ferro-gusa e a reativação de alguns altos-fornos aqueceram a demanda por carvão vegetal em Minas Gerais. No auge da crise, o segmento guseiro chegou a operar com apenas 18% da capacidade instalada e demitiu cerca de 5 mil trabalhadores. No começo deste mês, 44 dos 106 equipamentos existentes no Estado já haviam voltado à atividade. Conseqüentemente, o preço do carvão teve uma ligeira recuperação, trazendo estímulo à produção e menos incertezas no mercado. No entanto, segundo o presidente da AMS (Associação Mineira de Silvicultura (AMS), Bernardo Vasconcellos,



a oferta atual de carvão vegetal tem sido muito baixa ou relativamente inelástica, já que os aumentos nos preços não foram suficientes para reativar a produção significativamente. Ele lembrou que a disponibilização de linhas de crédito é fundamental para estimular os produtores rurais a ampliar a oferta de carvão vegetal. "Afora os preços, são muitos os fatores que contribuem para aumentar o horizonte de incertezas em torno da indústria carvoeira, como o desmatamento, o trabalho escravo, os conflitos territoriais e a corrupção de órgãos públicos e privados ligados à fiscalização e controle. Estes representam obstáculos a mais às pretensões de empresários de se manterem na atividade ou viabilizar novos investimentos. "Sua utilização, de forma compatível com as exigências da legislação ambiental, requer mecanismos cada vez mais rigorosos de controle de origem e de monitoramento das condições de produção do carvão adquirido no mercado", admite o Relatório de Sustentabilidade 2008 do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS). No entanto, fica evidente que as ameaças maiores são aquelas voltadas para a exploração de carvoarias de matas nativas, devido ao ambiente de ilegalidade em que elas têm se instalado durante anos e que tem provocado em todo território nacional, maior reação fiscalizadora e interventora

do governo, da mídia e da sociedade, quase que intermitentemente. O Ministério do Meio Ambiente deverá exigir certificação para o carvão vendido ao consumidor, bem como a garantia de origem legal da madeira.

Considerando ainda o aspecto legal, em Minas Gerais, o governador Aécio Neves sancionou nova lei florestal para o Estado, que estabelece a proibição do corte de matas nativas para a produção de carvão vegetal além de um limite de 5% da área, a partir de 2017, e lei que fixa, de maneira inédita no país, limites que reduzem progressivamente, até 2018, o consumo legal ou seria ilegal de produtos ou subprodutos originados da vegetação nativa de Minas Gerais, em especial o carvão vegetal. Embora a limitação tenha sido negociada com os industriais do setor de ferro-gusa, um dos principais consumidores, e com produtores rurais, a redação final da lei favoreceu os grupos de pressão ambientalistas. A lei cria embaraço para a atividade no estado, já que o carvão vegetal é a principal fonte de energia em Minas Gerais. De acordo com dados da CEMIG de 2006, 31,7% da energia gerada no estado são derivadas de lenha, 31,3% derivadas de petróleo e 13,5% da energia hidráulica. A razão essencial está na produção de ferro-gusa e ferro-liga, componentes da indústria

siderúrgica. Com 586 mil quilômetros quadrados, Minas têm 33,8% de cobertura de vegetação nativa. Antes da nova legislação, não havia limite para a derrubada de mata nativa para a produção de carvão vegetal, desde que o explorador fizesse posteriormente o replantio do dobro da área cortada. Do total de carvão vegetal produzido em Minas, cerca de metade é proveniente de florestas plantadas e o restante é obtido ou em áreas nativas ou do corte em outros Estados. Portanto, o que se constata é que investimentos nesse setor são de alto risco.

Numa tentativa de ampliar e aperfeiçoar o processo de fiscalização, o Governo quer fazer pacto com empresas siderúrgicas para produzir o "aço verde" – uma iniciativa de se produzir carvão certificado, visando reduzir a produção de carvão a partir de matas nativas. De acordo com a proposta apresentada na reunião sobre o clima por Ivan Ramalho, secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as siderúrgicas se comprometeriam a só usar carvão vegetal em seus fornos de altíssima temperatura. A reposição das madeiras utilizadas no carvão deveria ser de 100% e só envolveria espécies exóticas, como o eucalipto, protegendo assim a vegetação nativa. A proposta será levada à Conferência das Nações Unidas sobre

Mudanças Climáticas (COP-15) a se realizar em Copenhague, na Dinamarca, no mês que vem.

## Segmento de Móveis

Ainda sem ficar totalmente livre dos impactos da crise mundial, o setor moveleiro vive momentos de incertezas quanto à expectativa do governo em conceder o IPI zero para resgatar perdas nas vendas e estimular novos investimentos na atividade. Além dos efeitos da crise mundial, o setor sente também os efeitos da redução de impostos para o setor da chamada "linha branca", que por atrair fortemente compradores, acabou reduzindo ainda mais a compra de móveis pelos consumidores. A decisão do governo de manter por mais três meses os descontos do IPI para essa linha de produtos frustrou o setor moveleiro, ao deixar de lado decisão similar para a "linha marrom", apesar da insistência da liderança do setor nesse sentido.

A entidade vem pleiteando a redução do IPI dos móveis de 5% para zero e dos painéis de madeira, insumo básico para a produção do setor, de 10% para 5%, por um período de seis meses. "Os impactos dessa medida seriam formidáveis. Teríamos a manutenção dos empregos, o acréscimo da força de trabalho e um



aumento de arrecadação do governo com impostos em 12%, tanto na esfera estadual quando na federal, o que representaria um montante aproximado de R\$ 100 milhões”, ressalta José Luiz Dias Fernandez, presidente da ABIMÓVEL.

### **Madeira Processada**

O segmento de madeira processada, tal como os demais setores florestais, também enfrenta um ambiente de incertezas. Além daquelas já mencionadas anteriormente, o Presidente da ABIMCI, Sr. Antônio Rubens Camilotti, aponta outras mais específicas. Uma conjugação de fatores provocou uma redução gigantesca da produção, demissões em massa e fechamento de empresas. Por ser um segmento concentrado nas exportações, este está pagando um preço muito alto pelas incongruências do modelo econômico brasileiro.

Mas quais são esses fatores? A excessiva carga de impostos agregada a cada fase do processo produtivo é um deles. Mesmo que existam mecanismos de desoneração desses impostos e taxas, eles dependem de devoluções por parte dos governos federal ou estadual, o que, muitas vezes, é um processo lento e interminável. Assim, o setor possui um dos maiores créditos a receber do governo. Outro fator que gera incertezas e prejudica a competitividade do segmento é a altíssima carga de

tributos trabalhistas em um setor que concentra muita mão-de-obra e disputa mercado com produtores de países com cargas muito menores de impostos e com infraestrutura de exportação muito melhor que a brasileira.

Boa parte dessas deficiências era anulada pela eficiência produtiva das nossas indústrias, pelo excelente desempenho dos nossos reflorestamentos e por taxas cambiais mais favoráveis que compensavam parte do ônus público. Porém, com a valorização irreal da nossa moeda e o mercado externo em crise, que reduziu drasticamente a demanda e focou suas compras nos preços, a consequência é a forte perda de mercado, com queda de 51% das exportações em 2009.

Para reverter essa situação, o Presidente da ABIMCI sugere que o governo federal permita às empresas o uso de seus créditos de impostos federais para pagarem os encargos trabalhistas. Não se trata de desoneração, mas de normatização das regras da Super Receita, que já realiza a cobrança dos impostos e encargos unificados, só não permite a unificação das compensações. Outra solução é a criação de mercado interno, diminuindo a dependência das exportações. Para isto, o Governo Federal deve mudar a política do Sistema Nacional de Habitação, voltando a permitir financiamento de casas de madeira. Com

isso, rapidamente, será criado um novo mercado. As restrições a esse financiamento têm pouca fundamentação técnica e muito *lobby* de outros setores. Para se ter uma idéia de como a madeira é amplamente usada na construção de imóveis em diferentes partes do mundo, nos Estados Unidos, 70% das casas construídas são de madeira; sendo este percentual cada vez maior no Reino Unido, na Alemanha, no Japão e na Austrália. Nessas localidades são erguidos até mesmo prédios de três andares e mansões de milhares de dólares, boa parte construída com produtos do setor madeireiro do Brasil, já que somos um dos grandes exportadores mundiais. Isso mostra que não há problemas técnicos para a liberação de construções em madeira também no Brasil, o que, inclusive, agilizaria muito as metas do governo federal em reduzir o gigantesco déficit habitacional brasileiro, pois as casas de madeira podem ser construídas em menor tempo e com um menor custo. Com o uso intensivo de produtos de madeira nas novas casas, aproveitaríamos a capacidade ociosa do

setor, voltando a gerar milhares de empregos.

Além disso, em tempos de preocupação com o aquecimento global, fica o alerta: dos materiais usados na construção civil, a madeira é um recurso renovável, ao contrário de produtos como ferro, cimento, plástico e areia, todos eles extraídos de fontes não renováveis. Além de poder ser plantada, a madeira é um grande gerador de créditos de carbono.

### **Equipe:**

Naisy Silva Soares - Economista, MS. Ciência Florestal

Alberto Martins Rezende - Eng. Agrônomo, MS. Economia Rural

Márcio Lopes da Silva - Eng. Florestal, DS. Ciência Florestal

Altair Dias de Moura - Eng. Agrônomo, PhD. Agribusiness Management